continuação **9 - Contribuições Sociais:** Por atender aos requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 187 de 16/12/2021, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme portaria SAS/MS nº 1.893, de 07/12/2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 15/12/2020, a entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme Processo nº 25000.177286/2020-01 , o qual aguarda deferimento. Os montantes das isenções usufruidas durante o exercício de 2021 se encontram registrados em contas específicas de receita e totalizou: R$ 21.429.230,98 (vinte e um milhões, quatrocentos e vinte e nove mil e duzentos e trinta reais e noventa e oito centavos). Em face de a Entidade ser reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social, e ter como área de atuação preponderante a da Saúde, além de atuar nas áreas de educação e assistência social, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na Lei Complementar nº 187 de 16/12/2021, em seu artigo 3º, inciso VII, que prevê a apresentação de demonstrações contábeis e financeiras, devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade, quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pelo inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, dentro outros requisitos. As isenções e contribuições sociais usufruídas são referentes á COFINS, INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros PF e PIS sobre Folha de Pagamento. **9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei complementar 187/2021, a Entidade usufruiu ano exercício de 2021, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montante de R$ 15.190.329,23 (quinze milhões, cento e noventa mil, trezentos e vinte e nove reais e vinte e três centavos). Em 2020, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R$ 13.602.563,62 (treze milhões, seiscentos e dois mil, quinhentos e sessenta e três reais e sessenta e dois centavos). **9.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas, sendo no exercício 2021 atingiu um montante de R$ 8.120,50. Em 2020, o valor foi R$ 0,00. **9.3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2021 foi de R$ 5.684.098,29. (cinco milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, noventa e oito reais e vinte e nove centavos). Tomando-se por base os recursos recebidos em 2020, esse montante foi de R$ 5.028.620,33. (cinco milhões, vinte e oito mil, seiscentos e vinte reais e trinta e três centavos). **9.4 - Isenção para o PIS sobre a Folha de Pagamento:** A unidade gerenciada usufruiu da isenção da Programa Integração Social (PIS) sobre a folha no ano de 2021 , se devido fosse, o montante seria de R$ 546.682,96 (quinhentos e quarenta e seis mil, seiscentos e oitenta e dois reais e noventa e seis centavos). Em 2020, R$ 541.824,49 (quinhentos e quarenta e um mil, oitocentos e vinte e quatro reais e quarenta e nove centavos). A unidade estima recuperar o montante de R$ 5.900.801,45 (cinco milhões, novecentos mil e oitocentos e um reais e quarenta e cinco centavos) no período de Julho de 2008 a agosto de 2019, mediante apresentação dos respectivos comprovantes em processo judicial (Processo nº 002951-41.2004.4.03.6100), atualizados até o mês de março de 2021. **10 -Trabalho voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na (ITG) 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2021, o trabalho voluntário estatutário representou R$ 1.908,86 (Hum Mil, Novecentos e Oito Reais e Oitenta e Seis Centavos); em 2020 estes valores foram de R$ 1.918,09 (um mil, novecentos e dezoito reais e nove centavos). **11 - Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Barueri, 31/12/2021.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da S.P.D.M. **Michele dos Santos Chaves** - Contadora - CRC - SP 325478/O **Dr. Paulo Fernando Guimarães Morando Marzocchi**

Relatório dos Auditores Independentes

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran)** que compreendem o balanço patrimonial, em 31/12/2021, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31/12/2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2021, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 01/04/2022. **Audisa Auditores Associados** - CRC/SP 2SP 024298/O-3. **Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior** - Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718.

Elquatrix Participações, Investimentos, Administração de Bens e Imóveis S/A

CNPJ nº 18.237.413/0001-50

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, temos o prazer de submeter ao exame e apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas às atividades da empresa do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 compreendendo o Balanço Patrimonial e as correspondentes Demonstrações de Resultado do Exercício, da Movimentação nas Contas do Patrimônio Líquido e da Demonstração de Fluxo de Caixa.

São Paulo, 31 de dezembro de 2021. ***A Diretoria***

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro *(Em Reais)*

Ativo	2021	2020	Passivo	2021	2020
Circulante	**178.717**	**171.141**	**Circulante**	**7.770**	**7.770**
Disponível	**178.717**	**171.141**	Provisão Imposto de Renda	4.950	4.950
Caixa	178.717	171.141	Provisão Contribuição Social	2.820	2.820
Não Circulante	**33.396.860**	**27.195.474**	**Patrimônio Líquido**	**33.567.807**	**27.358.845**
Investimentos	**33.396.860**	**27.195.474**	Capital Social	10.000	10.000
Participação Societária	33.396.860	27.195.474	Reservas	33.557.807	27.348.845
Total do Ativo	**33.575.577**	**27.366.615**	**Total do Passivo**	**33.575.577**	**27.366.615**

Demonstração dos Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro *(Em Reais)*

	2021	2020
Receita Bruta	**600.000**	**600.000**
Receita de Serviços	600.000	600.000
Deduções da Receita Bruta	**(51.900)**	**(51.900)**
Impostos	(51.900)	(51.900)
Receita Líquida	**548.100**	**548.100**
Resultado Bruto	**548.100**	**548.100**
Despesas	**(19.243)**	**–**
Despesas Operacionais	(19.243)	–
Outras Receitas e Despesas Operacionais	**7.001.386**	**6.158.715**
Outras Receitas	7.001.386	6.158.715
Resultado antes do IRPJ e CSLL	**7.530.242**	**6.706.815**
Imposto de Renda	(28.800)	(28.800)
Contribuição Social	(17.280)	(17.280)
Resultado Líquido do Exercício	**7.484.162**	**6.660.735**

Demonstração de Fluxo de Caixa – Fluxo de Operações dos exercícios findos em 31 de dezembro *(Em Reais)*

	2021	2020
Fluxo de Caixa nas Atividades Operacionais		
Resultado do Exercício	7.484.162	6.660.735
Resultado de Equivalência Patrimonial	(6.201.386)	(5.758.715)
(=) Caixa Líquido Operacional	**1.282.777**	**902.020**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Distribuição de Dividendos	(1.275.200)	(875.200)
(=) Caixa Líquido de Financiamento	**(1.275.200)**	**(875.200)**
Aumento Líquido de Caixa	7.577	26.820
Caixa Equivalentes ao Início do Período		
Disponibilidades	171.141	144.321
Caixa Equivalentes ao Final do Período		
Disponibilidades	178.717	171.141

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro *(Em Reais)*

	Capital Social	Reserva de Lucros	Reserva de Lucros a Realizar	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2020	**10.000**	**163.373**	**27.185.472**	**–**	**27.358.845**
Resultado do Exercício	–	–	–	7.484.162	7.484.162
Distribuição de Dividendos	–	–	–	(1.275.200)	(1.275.200)
Constituição de Reserva	–	7.577	6.201.386	(6.208.962)	–
Saldo em 31/12/2021	**10.000**	**170.949**	**33.386.858**	**–**	**33.567.807**

Notas Explicativas da Administração das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro

1. Apresentação das demonstrações contábeis – As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanada da lei das sociedades por ações 6.404/76 e as alterações introduzidas pela lei 11.638/07 e MP nº 449/08 bem como os pronunciamentos do Comitê Contábil (CPC) quando aplicáveis.

2. Sumário das principais práticas contábeis – As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância as práticas contábeis adotadas no Brasil. 2.1) Os ativos são demonstrados pelo valor de custo. 2.2) Ativos Imobilizados são demonstrados ao custo de aquisição subtraído das depreciações acumuladas.

3. O Capital Social é de R$ 10.000,00 representadas por 10.000 ações totalmente integralizadas.

Lidia Leila da Silva – Diretora **Ronaldo Montanini** – Contador CRC nº 1SP 120.908/O-1

Sandvik MGS S.A.

CNPJ/MF nº 00.463.220/0001-51

Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Balanço patrimonial	2021	2020
Ativo/Circulante	21.380	23.826
Caixa e equivalentes de caixa	102	117
Ativo fiscal corrente	20.191	22.388
Adiantamento a fornecedores	561	561
Outras contas a receber	526	760
Não Circulante	29.851	30.189
Ativo fiscal não corrente	26.489	26.489
Outros ativos	3.362	3.700
Total do ativo	51.231	54.015
	2021	**2020**
Passivo/Circulante	79	350
Fornecedores	17	196
Impostos e contribuições a recolher	5	92
Obrigações trabalhistas	57	62
Não Circulante	87.358	84.218
Empréstimos partes relacionadas	78.588	70.621
Outras Provisões	-	4.488
Provisões para contingências	8.770	9.109
Patrimônio Líquido	(36.206)	(30.554)
Capital social	288.500	288.500
Prejuízos acumulados	(324.706)	(319.054)
Total do passivo	51.231	54.015

Demonstrações de resultados abrangentes	2021	2020
Lucro/Prejuízo do exercício	(5.832)	(10.309)
Resultado abrangente total	**(5.832)**	**(10.309)**

Luiz Fernando Manetti - Diretor Presidente
Alessandro Stanguini de Oliveira - Diretor
Eduardo Rodrigues Noronha - Contador: CRC nº 1SP216083/O-3
As Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas estão disponíveis na Administração da Companhia

Demonstração de resultados	2021	2020
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(3.294)	(3.015)
Lucro bruto	(3.294)	(3.015)
(Despesas)/receitas administrativas		
Despesas administrativas	(2.714)	(3.668)
Outras receitas e (despesas)	3.296	122
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras liquidas	(2.712)	(6.561)
Depesas financeiras	(3.142)	(3.785)
Receitas financeiras	22	36
Despesas financeiras, líquidas	(3.120)	(3.749)
Resultado antes dos impostos	(5.832)	(10.309)
Operações descontinuadas	(5.832)	(10.309)
Resultado líquido das operações descontinuadas (líquido de impostos)	(5.832)	(10.309)
Lucro (Prejuízo) do exercício	(5.832)	(10.309)

Demonstração das mutações do patrimonio líquido	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31/12/2018	288.500	(279.212)	9.288
Prejuízo do exercício	-	(29.548)	(29.548)
Saldo em 31/12/2019	288.500	(308.760)	(20.260)
Prejuízo do exercício	-	(10.309)	(10.309)
Ajuste Exercicios Anteriores	-	16	16
Saldo em 31/12/2020	288.500	(319.054)	(30.554)
Prejuízo do exercício	-	(5.832)	(5.832)
Ajuste Exercicios Anteriores	-	180	180
Saldo em 31/12/2021	288.500	(324.706)	(36.206)

Demonstrações dos fluxos de caixa	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(5.832)	(10.309)
Ajustes para: Resultado líquido na venda de ativos imobilizados baixados	-	53
Juros provisionados sobre empréstimos	3.235	2.130
Outras provisões	(4.488)	(723)
Provisão para contingências	(339)	(2.868)
	(7.424)	**(11.718)**
Variações em: Contas a receber	-	10.085
Adiantamento a fornecedores	-	6
Outras contas a receber e despesa antecipada	752	676
Fornecedores	(179)	-
Obrigações trabalhistas	(5)	(151)
Impostos e contribuições a recolher	(87)	(158)
Adiantamento de clientes	-	(3.849)
Ativo fiscal corrente	2.197	401
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**(4.746)**	**(4.708)**
Juros Pagos	(1.952)	(74)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	**(6.698)**	**(4.782)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos tomados de partes relacionadas	51.040	35.800
Pagamento de empréstimos a partes relacionadas	(44.357)	(31.024)
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	**6.683**	**4.776**
(Redução líquida) Aumento em caixa e equivalentes de caixa	**(15)**	**(6)**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	117	123
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	102	117
	(15)	**(6)**